

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E
REGIONAIS

DISCIPLINA DE PÓS-GRADUAÇÃO

04 a 08 de março de 2024

Estatualidades e o papel dos movimentos sociais agrários nos processos de desenvolvimento rural na América Latina

1. PROFESSOR RESPONSÁVEL: Dra. Andrea Gómez Herrera

Doutora em Ciências Agrárias (UBA). Professora da Universidade Nacional do Chaco Austral (UNCAUS) e da Universidade Nacional de Santiago del Estero (UNSE) na Argentina. Pós-doutoranda do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) da Argentina e membro do Grupo de Pesquisa Ruralidades e Territórios do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social (INDES-FHCSYS/UNSE-CONICET). Realiza trabalhos de pesquisa e extensão sobre sistemas comunais de agricultura familiar e camponesa, políticas estatais e processos alternativos de desenvolvimento rural vinculados à agroecologia. E-mail: andrea90@gmail.com

2. OBJETIVOS DO CURSO

- Analisar as relações entre as abordagens teóricas e a produção de institucionalidade estatal em torno do desenvolvimento agrário e rural na América Latina.
- Identificar as contribuições de diferentes perspectivas teóricas em relação à análise de políticas estatais.
- Examinar o papel dos movimentos sociais agrários na criação de modelos alternativos de desenvolvimento rural.
- Aplicar ferramentas teóricas e metodológicas para a análise da configuração interdependente do estado e dos movimentos sociais agrários nos processos de desenvolvimento rural.

Esta disciplina de pós-graduação tem como objetivo fazer contribuições teóricas e metodológicas para integrar analiticamente os movimentos sociais agrários e as estatualidades na abordagem dos processos de desenvolvimento rural. O conteúdo teórico da disciplina está organizado em três unidades temáticas. A primeira unidade começa com uma revisão das abordagens teóricas e dos debates sobre o problema do desenvolvimento agrário na América Latina durante as décadas de 1950 a 1970. Também analisa as referências teóricas normativas de propostas que tiveram grande influência na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural na região, como o Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) e a bioeconomia. Também examina as contribuições do pós-desenvolvimento e da perspectiva decolonial para o debate sobre o desenvolvimento rural. A segunda unidade oferece uma visão geral das principais

perspectivas teóricas sobre a produção do estado e das políticas estatais. Ela também reconstrói a trajetória da institucionalidade estatal do desenvolvimento rural na América Latina. Por fim, a terceira unidade temática trata das diferentes perspectivas sociológicas e geográficas no estudo dos movimentos sociais e seu papel na construção de modelos alternativos de desenvolvimento. Ela também apresenta o potencial da sociologia do desenvolvimento orientada para o ator na abordagem dos processos de desenvolvimento rural.

3. CONTEÚDO

Unidade 1: Abordagens teóricas e debates sobre o desenvolvimento rural na América Latina

As principais correntes teóricas sobre o desenvolvimento agrário na América Latina: a abordagem estruturalista, a abordagem neoclássica e a abordagem histórico-estrutural. Propostas neoliberais para o desenvolvimento rural: desenvolvimento territorial rural (DTR) e bioeconomia. Pós-desenvolvimento e contribuições da perspectiva decolonial para pensar o desenvolvimento rural na região.

Bibliografia (para a unidade 1)

- Akram-Lodhi, H. y Kay, C. (2012). *Peasants and Globalization*. London, England: Routledge.
- Azcuy Ameghino, Eduardo (2004). Trincheras en la historia. Historiografía, marxismo y debates. Imago Mundi, Buenos Aires.
- Escobar, A. (2010). América Latina en una encrucijada: ¿modernizaciones alternativas, posliberalismo y posdesarrollo? En Brettón, V. (Comp.) *Saturno devora a sus hijos. Miradas críticas sobre el desarrollo y sus promesas*, pp. 33-85. Barcelona, España: Icaria.
- Kay, C. (2004). Los paradigmas del desarrollo rural en América Latina. Intitute of social studies, La Haya, Nimeo, 337-429.
- Schejtman, A. y Berdegué, J. (2004). Desarrollo Territorial Rural. Documento elaborado para la División América Latina y el Caribe del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola y el Departamento de Desarrollo Sustentable del Banco Interamericano de Desarrollo. Versión borrador.
- Sevilla Guzmán E. y M. Soler Montiel. (2009). Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma (en colaboración con Marta Soler) en *Documentación Social. Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*; (155), 23-39
- Trpin, V., y Castro, N. L. (2016). Estudios sociales sobre la estructura agraria de la Argentina (2000-2014). *Estudios sobre la estructura social agraria en Argentina contemporánea* (pp.215-332). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Ciudad Autónoma de Buenos Aires; CODESOC; PISAC-Programa de Investigación sobre la Sociedad Argentina Contemporánea.

Unidade 2. Estatalidades de desenvolvimento rural na América Latina: perspectivas teórico-analíticas e a trajetória das políticas estatais

Contribuições da teoria clássica para o estudo do Estado. Perspectivas marxistas e antropologia do Estado. Perspectivas conceituais e analíticas sobre políticas públicas: a abordagem da governança, a abordagem cognitiva e a abordagem da governamentalidade. A virada espacial nas ciências sociais e na análise de políticas públicas. Trajetória das instituições estatais para o desenvolvimento rural na América Latina de 1950 até o presente: contextualização, modelos e instrumentos. Estudos de caso.

Bibliografia (para a unidade 2)

- Abrams, P. (2015). Notas sobre la dificultad de estudiar el estado. En Abrams, P., A, Gupta y Mitchell, T (Eds.) *Antropología del estado* (pp.17-70). México D.F: Fondo de la Cultura Económica.
- Cowan Ros, C. (2016). Estatalidades, políticas públicas y movimientos sociales en su configuración interdependiente: una perspectiva analítica. *Revista Científica Contested Cities*. Universidad Autónoma de Madrid.
- Jara, C. E., Sperat, R. R., Manrique, L. F. R. y Gómez Herrera, A. G. (2019). Desarrollo rural y agricultura familiar en Argentina: una aproximación a la coyuntura desde las políticas estatales. *Revista de Economía e Sociología Rural*, 57, 339-352.
- Mussetta, P. (2009). Foucault y los anglofoucaultianos: una reseña del Estado y la gubernamentalidad. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, 51(205), 37-55.
- Nogueira, M. E., y Urcola, M. (2013). La jerarquización de la agricultura familiar en las políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (1990-2011). In *Ideas*, 7(2), 96-137.
- Sabourin, E., Le Coq, J. F., Grisa, C., Sotomayor, O., Samper, M., y Valencia Perafan, M. E. (2017). Políticas públicas para la agricultura familiar en América Latina: trayectorias y tendencias. UDELAR & UCU.
- Scott, J. C. (2021). *Lo que el estado ve. Cómo ciertos esquemas para mejorar la condición humana*. México D.F: Fondo de la Cultura Económica.
- Shore, C. (2010). La Antropología y el Estudio de la Política Pública: Reflexiones sobre la Formulación de las políticas. *Antípoda*, (10), 21-49.

Unidade 3. Movimentos sociais agrários e processos de desenvolvimento rural alternativos

Movimentos sociais: perspectivas teóricas e metodológicas da sociologia e da geografia. Resistência e re-existência. Movimentos camponeses e indígenas da agricultura familiar na construção de modelos alternativos. Contribuições conceituais da sociologia do desenvolvimento orientada para o ator na abordagem dos processos de desenvolvimento rural. Estudos de caso.

Bibliografia (para a unidade 3)

- Colla, J. L., y Valverde, S. (2024). ¿Hacia una “nueva” cuestión campesina en Argentina? *Íconos-Revista de Ciencias Sociales*, (78), 117-136.
- Da Silva, D., Sobreiro Filho, J. y Fernandes, B. (2021). Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, confitualidades e contentious politics. En J. Sobreiro Filho y O. Oliveira Neto (Eds.) *Ofensivas y resistencias. Ação coletiva, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais* (pp.15-40). Belém: UFP
- Fernandes, B. (2006). Movimientos socioterritoriales y movimientos socioespaciales. Contribuciones teóricas para una lectura geográfica de los movimientos sociales. *UNESP, Campus de Presidente Prudente. Disponible en www.prudente.unesp.br/dgeo/nera.*
- Gómez Herrera, A. Jara, C. y Gutiérrez, M. Movimentos sociais rurais e Estado na Argentina. O conflito agrário e a luta pela terra em 2021. *Revista Mundo Livre – UFF*, 9(1). Disponible en: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/57265>
- Halvorsen, S. (2020). El Territorio en disputa: estrategias políticas y movimientos socioterritoriales.
- Jara, C. E. (2024). La cuestión agraria y los procesos emergentes. Articulaciones teóricas y consideraciones epistemológicas. En C. Jara (Comp.) *Cuestión agraria y procesos emergentes. Experiencias organizativas innovadoras en los territorios de la agricultura familiar campesina* (pp. 7-18). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IADE [en prensa].
- Long, N. (2004). Actors, interfaces and development intervention: meanings, purposes and powers. *Development intervention: Actor and activity perspectives*, 14-36.
- Paz, R. G., Suarez, V., González, V. G., y Sansolo, D. G. (2024). Transiciones agroecológicas en cuatro experiencias comunitarias en Santiago del Estero, Argentina: su posible viabilidad y potencial emancipatorio desde múltiples alternativas/Agroecological transitions in four community experiences in Santiago del Estero, Argentina: their possible viability and emancipatory potential from multiple alternatives/Transitions agroécologiques dans quatre expériences communautaires à Santiago del Estero, Argentine: leur viabilité possible et leur potentiel émancipateur face *REVISTA NERA*, 27(1)
- Rosset, P. M., y Torres, M. E. M. (2016). Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales Agroecology, territory, re-peasantization and social movements. *Estudios Sociales. Revista de alimentación contemporánea y desarrollo regional*, 25(47), 273-299.

4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Para ser aprovado no curso, o aluno deverá elaborar um trabalho escrito e individual relacionando um ou mais dos conceitos abordados no curso (como processos alternativos de desenvolvimento rural, estatalidades, políticas públicas, movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais, entre outros) com uma referência empírica de seu interesse: pode ser uma organização social, um produtor ou grupo de produtores, ou ainda uma instituição ou programa estatal. O conteúdo do trabalho deve ser organizado de acordo com a seguinte estrutura: título, introdução, delimitação do tema a ser abordado, desenvolvimento do tema e relação com conceitos tratados no curso, reflexões finais e

bibliografia. Pelo menos 5 autores propostos na bibliografia obrigatória do curso devem ser citados, embora isso não impeça a incorporação de bibliografia alternativa.

Os **critérios de avaliação** serão os seguintes:

- uso correto dos conceitos transmitidos e delimitação precisa do assunto (será levada em conta a coerência interna entre o título, o objetivo do trabalho e as conclusões);
- atitude crítica na análise dos marcos teóricos;
- capacidade de reflexão e contraste entre os marcos conceituais utilizados;
- uso adequado dos sistemas de citação para redação acadêmica.

5. CONDIÇÕES PARA A APROVAÇÃO DO CURSO

- Assistência às aulas deve ser de pelo menos 75 %.
- Apresentação do trabalho final escrito. O trabalho deve ser enviado ao endereço de email da professora.

6. TIMETABLING

05 dias pela manhã, das 9h às 12h. Com efeito, o curso terá uma carga horária total de 15 horas